



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2025.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2025

Assunto: Análise e decisão de impugnação

Impugnante: CAMILA PAULA BERGAMO (CPF/MF: 090.926.489-90)

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NOVOS (PRIMEIRO USO), DESTINADOS À FROTA MUNICIPAL, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.

1. PREÂMBULO

1.1. SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES, na qualidade de Agente de Contratação/Pregoeira do Município de Lobato, Estado do Paraná, embasada nos princípios que regem a Administração Pública, respeitosamente venho apresentar resposta às argumentações de impugnação ao edital da licitação epigrafada, interposta por CAMILA PAULA BERGAMO, tudo pelos seguintes fatos e fundamentos.

2. DAS PRELIMINARES

2.1. Trata-se de impugnação ao Edital Pregão Eletrônico nº 24/2025, apresentada por CAMILA PAULA BERGAMO, inscrita no RG sob o nº 5.753.017 e CPF sob o nº 090.926.489-90, com registro na OAB/SC sob o nº 48.558, com inscrição suplementar nesta Seccional, sob o nº 120313, desde 08/08/2023, estando habilitada para o exercício da advocacia, com estabelecimento profissional à Rua Doutor Maruri, nº 330, Apto 302, Centro, Concórdia/SC, CEP: 89.700-065 endereço eletrônico camilabergamoadv@hotmail.com.

3. DA ADMISSIBILIDADE DO PEDIDO

3.1. Nos termos do item 6, subitem 6.1. do referido edital "Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (art. 164) e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022, art. 16:

Art. 16. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis



antes da data de abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma prevista no edital de licitação.

3.2. Definiu-se em edital: o último dia útil **1º/09/2025 até às 00h00min**. Destarte, neste período, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

3.3. Dito isso, a presente peça foi encaminhada a esta pregoeira pela plataforma no dia 27/08/2025 às 08h28min. Estando, portanto, tempestiva.

3.4. Diante da tempestividade da peça, esta PREGOEIRA e Comissão de Contratação decidem por analisar a questão pertinente, em atenção ao Princípio da Autotutela e manutenção da legalidade do presente processo licitatório.

4. DAS ALEGAÇÕES E PEDIDOS:

4.1. A impugnante buscou fundamentar suas alegações, notadamente, conforme abaixo:

“DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE GARANTIA ORIGINAL DO FABRICANTE PREFERENCIALMENTE EM LÍNGUA PORTUGUESA”

(...)

“É sabido que o CDC declara que a responsabilidade dos produtos importados comercializados no Brasil é da empresa importadora ou da empresa que os comercializa. Dessa forma, sabe-se que é oferecida a garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, sendo que não tem como conseguir referida certificação da fabricante dos pneus. Primeiro porque a fábrica encontra-se em território estrangeiro, e segundo porque vincular a garantia de terceiros alheio a disputa é completamente ilegal, conforme entendimento sumulado.

Quando o objeto da licitação se referir, exclusivamente, ao fornecimento de bens, como é o presente caso, tornando possível a relação entre fornecedor (contratada) e consumidor (contratante), sem a necessidade da intervenção do fabricante do produto, resta completamente evidente que não há respaldo a



exigência de intervenção de terceiros alheios à disputa, sendo completamente ilegal.

É patente a ilegalidade e acintoso ao princípio da isonomia obrigara apenas empresas detentoras da "autorização do fabricante" a participar da licitação. A exigência em tela fere completamente os preceitos da Lei Nº 14.133/21, pois ultrapassa os parâmetros do regramento legal previsto no Art. 30, da CF, em que obriga a administração a se limitar em exigir somente o que está previsto em lei."

(...)

Sustentou, em suma, que a exigência em tela fere os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021 e restringe o número de participantes.

Requeru, ao final:

"Passe a constar a exigência da garantia de 5 anos do LICITANTE FORNECEDOR VENCEDOR."

É o breve relatório.

5. DA ANÁLISE:

5.1. Primeiramente, cumpre ressaltar que a Administração Pública atua em prol do interesse público, buscando sempre a aquisição mais vantajosa e com o atendimento a qualidade dos itens licitados. Outrossim, é cediço que a licitação se destina a garantir a observância dos princípios da legalidade, da impessoalidade, moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável (Art. 5º, da Lei Federal nº 14.133/21).

5.2. Ocorre que entre as diversas manifestações sobre o assunto, há de se destacar posicionamento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que é o órgão responsável pela fiscalização do uso do dinheiro público, do Estado e dos 399 Municípios paranaenses, que em recente decisão, exarou o seguinte acórdão:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. PROCESSO Nº:



706917/22. ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
ENTIDADE: MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO. INTERESSADO: **CAMILA PAULA BERGAMO**, MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO CLARO RELATOR: CONSELHEIRO MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA. ACÓRDÃO Nº 1184/23 - Tribunal Pleno. Representação. Pregão Eletrônico. Aquisição de pneus. Alegação de que as exigências constantes no edital violam o princípio da ampla competitividade. Requisição de apresentação de **Certificado de Garantia emitido pelo fabricante do pneu**. Possibilidade. Certificado emitido em língua estrangeira que deve ser devidamente traduzido por tradutor juramentado. Necessidade de análise das informações técnicas constantes no certificado. Exigências que não se demonstram abusivas. Determinação de que os pneus possuam data de fabricação não superior a 06 (seis) meses. Produto que possui 05 (cinco) anos de garantia a contar da data da fabricação. Exigência que se justifica pelo período de fruição da garantia do produto, bem como pela qualidade do bem. Litude da exigência fundada na situação mais vantajosa. Entendimento consolidado por este Tribunal de Contas no Acórdão nº 1045/16. **Improcedência**.
https://viajuris.tce.pr.gov.br/Pesquisa/Visualizar/Acordao_1184_2023_do_Tribunal_Pleno/25971

5.3. Além de esta exigência estar consolidada pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado Paraná, através dos Excelentíssimos Conselheiros: IVAN LELIS BONILHA, JOSE DURVAL MATTOS DO AMARAL, MAURÍCIO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e AUGUSTINHO ZUCCHI e os Auditores THIAGO BARBOSA CORDEIRO e JOSE MAURICIO DE ANDRADE NETO, esta Administração já se posicionou sobre a matéria, seguindo a jurisprudência do Tribunal de Contas do Paraná, inclusive com a mesma impugnante, **CAMILA PAULA BERGAMO**, no Processo Administrativo nº 58/2022, Pregão Presencial nº 19/2022.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO - PR

Pregão Presencial Nº 019/2022

CAMILA PAULA BERGAMO, inscrita no RG sob o nº 5.753.017 e CPF sob o nº 090.926.489-90, com registro na OAB/SC sob o nº 48.558, estabelecimento profissional à Rua Doutor Maruri, nº 330, Apto 302, Centro, Concórdia/SC, CEP: 89.700-065, endereço eletrônico camilabergamoadv@hotmail.com, vem, à presença de V.S.ª, com fulcro, no art. 41, § 1º, da Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores, tempestivamente apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, consoante os fatos e fundamentos que passa a expor:

PRELIMINAR - DA TEMPESTIVIDADE

Tendo em vista que a sessão pública está prevista para abertura na data de 25/05/2022, insta salientar que a impugnante está dentro do prazo para impugnar previsto no Art. 41, §2º da Lei Nº 8.666/93, qual seja, o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, e desta forma, a presente impugnação ao edital resta tempestiva.

SÍNTESE DOS FATOS

A presente impugnação diz respeito ao Edital de Licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 019/2022, a realizar-se na data de 25/05/2022, proposto pela Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Lobato - PR, tendo como objeto a aquisição de pneus novos, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Contudo, verificou-se que no texto editalício possui cláusulas e condições que não se encontram de acordo com a legislação vigente, visto que restringem o universo de participantes que comercializam produtos importados e até mesmo de origem nacional.

1



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

Dessa forma, requer o recebimento da presente impugnação, para que sejam aceitos os questionamentos abaixo elencados, para que seja garantido os princípios norteadores do processo licitatório, inclusive, o da ampla concorrência e proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

MÉRITO

DA EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIFICADO DE GARANTIA DO FABRICANTE

O presente edital estipulou como condição para habilitação no certame que as empresas licitantes apresentassem certificado de garantia do fabricante.

Contudo, cumpre a impugnante fazer algumas ponderações acerca da ilegalidade da referida exigência.

É sabido que o CDC declara que a responsabilidade dos produtos importados comercializados no Brasil é da empresa importadora ou da empresa que os comercializa.

Dessa forma, sabe-se que é oferecida a garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação, sendo que não tem como conseguir referida certificação da fabricante dos pneus.

Primeiro porque a fábrica encontra-se em território estrangeiro, e segundo porque vincular a garantia de terceiros alheios a disputa é completamente ilegal, conforme entendimento sumulado.

Quando o objeto da licitação se referir, exclusivamente, ao fornecimento de bens, como é o presente caso, tornando possível a relação entre fornecedor (contratada) e consumidor (contratante), sem a necessidade da intervenção do fabricante do produto, resta completamente evidente que não há respaldo a exigência de intervenção de terceiros alheios à disputa, sendo completamente ilegal.

É patente a ilegalidade e acintoso ao princípio da isonomia obrigara apenas empresas detentoras da "autorização do fabricante" a participar da licitação. A exigência em tela fere completamente os preceitos da Lei N° 8.666/93, pois ultrapassa os parâmetros do regramento legal previsto no Art. 30, da CF, em que obriga a administração a se limitar em exigir somente o que está previsto em lei.

É cediço que a previsão legal aponta tão somente que a comprovação da aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação é obrigatória.

2



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

Não há motivos, e sequer justificativas cabíveis para exigir das empresas licitantes o certificado de garantia do produto em nome do fabricante, ALÉM DE QUE, HÁ EMPRESAS QUE LABORAM EXCLUSIVAMENTE COM PRODUTOS IMPORTADOS, SENDO COMPLETAMENTE INVIÁVEL CONSEGUIR REFERIDA CERTIFICAÇÃO COM AS FABRICANTES INTERNACIONAIS.

Ainda, consoante se vislumbra na situação em apreço, mais uma prova da desnecessidade da referida exigência preceitua-se pelo fato de que o Código de Defesa do Consumidor estabelece responsabilidade solidária ao fornecedor ou fabricante para a garantia do produto ou serviço. (Lei nº 8.078/90)

Art. 25. É vedada a estipulação contratual de cláusula que impossibilite, exonere ou atenua a obrigação de indenizar prevista nesta e nas seções anteriores.

§ 1º Havendo mais de um responsável pela causação do dano, todos responderão solidariamente pela reparação prevista nesta e nas seções anteriores. (grifo nosso)

E ainda, o artigo 24 vincula o fornecedor a prestar a garantia, independentemente da relação existente com o fabricante:

"Art. 24. A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresse, vedada a exoneração contratual do fornecedor."

Portanto, não há razão para exigir, da empresa interessada em participar do certame, a "autorização do fabricante", mesmo porque, o instrumento convocatório deverá fixar o prazo de garantia e as condições rigorosas que a Contratada deverá cumprir sem a intervenção do fabricante e sem qualquer isenção ou privilégio.

Cumpra mencionar ainda que, a exigência em tela, além de restringir o número de participantes, pode proporcionar às empresas mal-intencionadas "discriminar preços de bens ou de serviços por ajustes ou acordo de grupos econômicos, com o fim de estabelecer monopólio, ou de eliminar, total ou parcialmente a concorrência" (Lei 8.173/90 – "DOS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E AS RELAÇÕES DE CONSUMO", Art. 4º, inciso III)

3



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO



CAMILA BERGAMO

OAB/SC 48.558

Portanto, exigir a "autorização do fabricante, ou qualquer outro documento hábil em vigor expedido pelo fabricante autorizando o importador a comercializar seus produtos" restringe o universo de competidores e afasta o caráter competitivo do certame, desferindo golpe fatal ao princípio da isonomia constante no Art. 37, Inciso XXI da CF/88.

Dessa forma, considerando a situação em apreço, a referida exigência deve ser excluída do certame, conforme fundamentação supra.

PEDIDOS

Ante o exposto, requer-se:

- a) O recebimento da presente Impugnação ao Edital com o devido processamento aos autos do Processo Licitatório;
- b) Seja devidamente julgado procedentes os pedidos formulados na Impugnação ao Edital, para o fim de retificar o edital nos seguintes termos:

Item. 2.2. h) Garantia Mínima (pelo Fabricante), de 5 (cinco) anos contra vícios e defeitos de fabricação para os pneus, preferencialmente em língua portuguesa, bem como das Empresas vencedoras/classificadas, alcançando o mesmo prazo e objeto, contados à partir do recebimento do objeto pela Administração, conforme decisum delineado no Acórdão n.º 828/2020 – Tribunal Pleno – TCE/PR (NR);"

10.2.4 - As empresas vencedoras, para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços e futuros contratos, deverão apresentar certificado(s) de Garantia do Fabricante do Pneu, preferencialmente em língua portuguesa (garantia mínima de 05 anos), bem como da empresa (classificada/fornecedora), em língua portuguesa, contemplando no mínimo 05 anos - contados do recebimento do objeto. As garantias deverão alcançar cada item classificado e enumerados na ordem dos itens do Anexo I - Termo de Referência, conforme decisum delineado no Acórdão n.º 828/2020 – Tribunal Pleno – TCE/PR." (NR)

Passe a constar a exigência da garantia de 5 anos do LICITANTE FORNECEDOR VENCEDOR.



PREFEITURA LOBATO

CAPITAL DA AMIZADE E DO CIRCO



CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558

c) Seja determinada a republicação do edital, escoimando o vício atacado em face da exigência ilegal, com a observância e cumprimento do artigo 21, § 4º da Lei de Licitações.

Nestes termos, pede deferimento.

Concórdia, 18 de maio de 2022


CAMILA BERGAMO
OAB/SC 48.558



5.4. Ocorre que claramente a Sra. **CAMILA PAULA BERGAMO** vem impugnando vários editais de outros municípios, em desatenção e desinteligência ao entendimento já pacificado pelo Pleno, no **ACÓRDÃO Nº 1184/23 - Tribunal Pleno**¹. Acarretando o desperdício de tempo desta Administração e de outros órgãos, em respostas às impugnações completamente infundadas.

6. DA DECISÃO

6.1. Considerando, que a matéria já foi resolvida, por todo o exposto, outro não é o entendimento que a impugnação ao Pregão Eletrônico nº 24/2025 não deve prosperar.

6.2. Decido por conhecer a presente impugnação, por ser tempestiva, para em decisão de mérito **NEGAR-LHE PROVIMENTO EM SUA TOTALIDADE** uma vez que os argumentos trazidos pela impugnante não demonstraram fatos capazes de dissuadir esta Agente de Contratação da referida decisão, mantendo-se íntegras as condições e os termos estabelecidos no Edital de licitação, bem como será mantida a data da sessão pública virtual.
Dê-se conhecimento aos interessados,

Lobato/PR, 1º de setembro de 2025.

SIRLENE DE FÁTIMA DOMINGUES
Agente de Contratação
DECRETO Nº. 102/2025 DE 16 DE ABRIL DE 2025

¹ https://viajuris.tce.pr.gov.br/Pesquisa/Visualizar/Acordao_1184_2023_do_Tribunal_Pleno/25971